

A família e a sociedade

Quase dez anos após a independência, a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) aprofunda a discussão sobre a libertação feminina

Etevaldo Hipólito

A primeira conferência da Organização da Mulher Moçambicana (OMM) teve lugar em 1973, ainda no calor da luta armada de libertação nacional. A crescente participação feminina no combate contra o regime colonial veio provocar debates quanto à verdadeira natureza do seu papel na nova sociedade que se projectava implantar. Ao contrário do que se passou em alguns países — onde, uma vez alcançada a independência, as mu-

lheres foram desmobilizadas e forçadas a aceitar uma posição subalterna na nova ordem estabelecida —, em Moçambique, o que se procurava era torná-la elemento participante e dinâmico do processo revolucionário. Ao abordar-se a questão da relação homem/mulher, insistia-se em que não era aí que deveriam ser procurados e combatidos os antagonismos, mas na própria organização política, económica e social em vigor.



O presidente Samora Machel na abertura da Conferência da OMM

Também foi derrotada a tese segundo a qual trabalhar pela libertação da mulher significaria desviar a luta do seu objectivo principal. As definições adoptadas nessa conferência estavam de acordo com a linha revolucionária da FRELIMO, que defendia um processo de transformações profundo e abrangente.

Realizada poucos meses após a criação da OMM, em Dezembro de 1972, essa conferência indicou, em resumo, como tarefas imediatas, os seguintes pontos¹: a) popularização da linha da FRELIMO sobre a emancipação da mulher; b) aumento do efectivo do Destacamento Feminino, coluna vertebral da FRELIMO na luta pela emancipação da mulher, devendo assumir a tarefa de vanguarda da OMM; c) elevação do nível político e educacional das mulheres; d) organização de cursos para a formação de quadros do Destacamento Feminino e da OMM, sob a orientação do Comité Executivo; e) dinamização do processo de definição de tarefas concretas para as mulheres, no local de residência e em cada sector de trabalho; f) organização de seminários provinciais e nacionais para troca de experiências; g) visita aos centros de refugiados a fim de mobilizá-los para as tarefas da luta; h) promover a criação de um novo tipo de relação homem/mulher, modificando a sua concepção sobre o casamento e o lar; i) mobilizar a opinião internacional a favor da luta travada pelo (nosso) povo. Expressar a solidariedade da mulher e do povo moçambicano para com a luta libertadora e revolucionária das mulheres e dos povos do mundo inteiro.

No segundo encontro de âm-

¹Documento da II Conferência da Organização da Mulher Moçambicana (OMM), realizada em Maputo de 10 a 17 de Novembro de 1976.

bito nacional — decorrido em 1976 —, os temas abordados foram mais vastos e ampliaram o leque das exigências dirigidas às organizações populares emergentes do período da luta armada. A necessidade de alfabetização em grande escala, o desconhecimento da língua portuguesa — elevada a idioma oficial — a urgência de se combater as superstições e o obscurantismo, foram alguns dos problemas debatidos naquela

organização dessa produção e de toda a vida social, forjando as relações sociais que caracterizarão a nova sociedade.

A família como centro

A recente conferência extraordinária da Organização da Mulher Moçambicana reuniu mais de 500 participantes, entre nacionais e estrangeiras. Divididas em dez grupos de estudo, as de-

Agosto do ano passado, a existência de uma crise nas cidades caracterizada pelo assustador aumento de casos de pedidos de divórcio, separações e abandono de lar”. Como viria a ser demonstrado nas discussões realizadas em todo o país, o conflito entre valores da sociedade tradicional e os próprios dos meios urbanos entram como importante componente do drama vivido por milhares de moçambicanos.



A família foi o centro dos debates na conferência, em virtude de se haver constatado um assustador aumento de casos de pedidos de divórcio

ocasião, assim como a necessidade de se tomar medidas concretas contra a marginalização de que são vítimas as mães solteiras e as mulheres divorciadas. E tudo isso sem falar nas questões levantadas em torno dos casamentos forçados, prematuros e na prática da poligamia e do *lobolo* (a “venda” da mulher à família do noivo).

O documento divulgado no final da conferência apontava os objectivos a serem alcançados pela OMM, de forma a estabelecer-se uma relação de igualdade entre homens e mulheres: 1) que a mulher assuma a ideia de que a sua emancipação passa pela sua integração na produção — base material da construção da sociedade socialista — e 2) que a mulher se ocupe das tarefas de or-

legadas, oriundas de todas as partes do país, receberam o apoio de membros dos organismos vinculados à Educação e à Justiça, nos cinco dias que duraram os debates. Como salientou a imprensa moçambicana, a importância atribuída a essa reunião pode ser avaliada pela presença de membros da mais alta direcção do Partido e do Estado.

A família foi o centro dos documentos apresentados para discussão, a começar pelo discurso de abertura proferido pelo presidente Samora Machel. Numa reportagem dedicada à conferência, o semanário *Domingo* escrevia: “O problema da família aparece priorizado na conferência em virtude de se haver constatado, ao longo de toda a preparação deste encontro, iniciada em

Para efeito de estudo, o país foi dividido em três regiões — norte, centro e sul —, de acordo com características socio-culturais bem marcadas. No norte, que abrange as províncias de Cabo Delgado, Nampula e parte da Zambézia, ganham peso o sistema de parentesco matrilinear, a influência muçulmana e, em termos económicos, a agricultura de tipo familiar. Nessa região, apresentam grande incidência os casamentos prematuros, realizados logo que os jovens passem pelos ritos de iniciação. Aliás, a presença desses rituais encontra-se de tal maneira arraigada no seio da população que, no decorrer do trabalho de pesquisa, surgiram propostas no sentido de que eles não sejam eliminados, mas depurados nas suas manifes-



Uma das participantes da Conferência lê a cobertura do jornal "Notícias" sobre o acontecimento

tações negativas. Dessa forma, estaria preservado um meio de transmissão de determinados valores relacionados com a educação sexual, moral e práticas de higiene.

Por sua vez, a zona sul engloba as províncias de Inhambane, Gaza e Maputo. O sistema de parentesco é patrilinear e a influência religiosa predominante vem de diferentes confissões cristãs. Uma constatação feita durante as reuniões prévias à conferência extraordinária indica que, nesse tipo de organização familiar, existe uma acentuada superioridade do homem em relação à mulher, mesmo que ela desempenhe um papel activo na vida económica. A prática do *lobolo* também se encontra bastante arraigada, acentuando-se assim o papel subalterno a que foi relegada a mulher. Inicialmente, a oferta de bens materiais aos pais da noiva teria o sentido de manifestar reconhecimento por terem concordado em unir as duas famílias. Com o passar do tempo, delinea-se com mais força o lado económico da aliança, passando a mulher a figurar como objecto de troca. Esse aspecto tornou-se de tal forma importante que na

sequência do *lobolo* aparecem os casamentos herdados — por ocasião da morte do marido, a viúva é obrigada a casar-se com um cunhado ou outro parente do esposo para que os bens e a força de trabalho representada por ela e pelos seus filhos não saiam do antigo círculo familiar.

A zona do centro é formada pelas províncias de Tete, Manica, Sofala e parte da Zambézia. Em termos religiosos, a influência maior vem das antigas missões católicas. Socialmente, coexistem os sistemas de parentesco matrilinear e patrilinear. Como sucede no resto do país, em ambas as formas de organização familiar a mulher encontra-se relegada para segundo plano. Os homens, pelo contrário, ainda gozam de privilégios inculcados pela educação tradicional, que coloca nas suas mãos mecanismos que tendem a reforçar a sua posição. Como acentua o documento debatido na conferência, tanto o *lobolo* como a poligamia são práticas ainda em vigor que vão muito além de uma simples exploração económica da mulher e podem comprometer a estabilidade de uma família constituída em bases não coercitivas.

Trabalho conjunto

O Ministério da Justiça, através de uma proposta, defendeu a necessidade de uma actuação conjunta com a OMM, no sentido de conter o aumento de divórcios verificados no país. "Tem plena consciência de que a lei, enquanto instrumento de expressão do nosso poder, não pode, na análise e resolução de questões tão delicadas como são as relações de família, tomar um carácter meramente repressivo, como lhe deve ser característico quanto ao conhecimento de delitos e crimes", ressalta o documento.

O projecto prevê a discussão em todo o país da legislação relacionada com a família. No campo e nas cidades, os debates terão como objectivo acabar com as leis herdadas do período colonial e abrir caminho para uma melhor compreensão do que significa um núcleo constituído por marido, mulher e filhos num determinado contexto social. A edição de um documento legal sobre casamento, divórcio e separações deverá ser acompanhada por um trabalho de consultoria pré-matrimonial e de apoio directo à família. ●